



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Processo nº 9101/2019

Projeto de Lei nº 169/2019

Procedência: Vereador Amaral

PARECER TÉCNICO

Do vereador Roberto Martins, membro da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, elaborado na forma do art. 117 da Resolução nº 1.919/2014, acerca do Projeto de Lei nº 169/2019, de autoria do vereador Amaral, que altera o inciso IV do artigo 10º da Lei Municipal nº 7362 de abril de 2008.

I – RELATÓRIO

Trata de Projeto de Lei apresentado pelo vereador Amaral, em data de 08 de agosto de 2019, que altera o inciso IV do artigo 10º da Lei Municipal nº 7362 de abril de 2008.

Tal dispositivo legal dispõe sobre a execução do serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, no município de Vitória e dá outras providências.

O Projeto de Lei sob análise percorreu o caminho das discussões em plenário, estando agora pronto para parecer desta comissão.





II - VOTO DO RELATOR

É da competência desta Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação a verificação da adequação normativa material e formal do Projeto de Lei em análise.

O PL 169/2019 altera o inciso IV do artigo 10º da Lei Municipal nº 7362 de abril de 2008. Tal dispositivo legal dispõe sobre a execução do serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, no município de Vitória e dá outras providências.

O inciso a ser alterado pelo PL em pauta pretende reduzir a capacidade de volume do porta-malas dos veículos utilizados para táxi.

O PL traz a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 10º, inciso IV da Lei Municipal nº 7.362, de 02 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 10° (...)

IV – Possuir porta-malas com capacidade de 269 a 399 litros na categoria Intermediária, e porta-malas acima de 400 litros para a Categoria Principal.

Passo à análise do PL $\rm n^o$ 169/2019, ressaltando que alguns pontos impedem seu prosseguimento.

Em primeiro, projeto de lei que trata de mesmo assunto (PL 216/17), de autoria do vereador Waguinho Ito, foi vetado pelo Executivo e teve seu veto mantido pelo Ple





nário desta Casa, em 12 de março de 2019, ou seja, nesta sessão legislativa. O Projeto segue anexo a este parecer.

Tal fato gera impedimento ao prosseguimento normal do PL, uma vez que a Lei Orgânica do Município, em seu art. 84, somente permite a apresentação de outro PL, com mesma matéria já tratada por anterior, se for apresentado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

O PL analisado somente conta com a assinatura do vereador proponente, padecendo de vício de iniciativa formal, pois não observa os ditames do artigo 84 da Lei Orgânica.

Entendo que a manutenção ou rejeição do veto pela Casa é o encaminhamento natural do processo legislativo, que somente terminará com a publicação ou arquivamento definitivo do projeto. Por essa razão, entendo que a manutenção do veto, no caso do PL 216/17 é o entendimento dos vereadores da Casa pela sua rejeição, e este se deu no corrente ano.

Assim, a apresentação de novo PL com a mesma matéria ventilada na proposição analisada deve seguir as regras do artigo 84, da Lei Orgânica, ou seja, apresentar oito votos dos vereadores.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 84 A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir de novo projeto, na mesma sessão legislativa se:

I - se constituir proposta da <u>maioria absoluta</u> dos membros da Câmara Municipal; e (grifamos)

II - rejeitada por motivos de inconstitucionalidade, esta, na representação, tiver sido sanada.





Para debelar quaisquer dúvidas quanto à questão da manutenção de veto na mesma sessão legislativa, acima ventilada, acho interessante trazer ao Parecer, trecho de doutrina destacado pelo do Supremo Tribunal Federal, em voto em matéria de repercussão geral, ventilada em ADI de Lei do município de Lagoa Santa (MG) (Ação Direta Inconst Nº 1.0000.15.011971-7/000)

REGRA DE IRREPETIBILIDADE

Por oportuno, registro que a controvérsia posta nos autos é matéria pacificada na renomada doutrina de Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Paulo Bonavides e Paulo Napoleão Nogueira da Silva, respectivamente:

"O veto, em nosso Direito, é suspensivo ou superável. Não é ele um ato de deliberação negativa, do qual resulta a rejeição definitiva do projeto, consequência do chamado veto absoluto, mas é ato de recusa, do qual resulta o reexame do projeto pelo próprio Legislativo, que poderá superá-lo por maioria qualificada. (grifamos)

Seu efeito, pois, não é suspender a entrada em vigor da lei já que não é, ainda, lei o ato que sofre o veto –, mas alongar o processo legislativo, impondo a reapreciação do projeto pelo Congresso, à luz das razões da discordância presidencial. (grifamos)

(http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp? pronunciamento=4116269)

Um outro ponto para o qual devo alertar é o de que o Projeto apresentado veio impresso com nº 7362/2019, mas tal numeração se refere à lei a ser alterada, o que pode se mostrar um pouco confuso para a análise da proposição, mas tal lapso é corrigível quando da Redação final do Projeto, que recebeu o número 169/2019, pelo protocolo geral.

Quanto à iniciativa legislativa, não encontro óbice ao prosseguimento do PL, desde que suprimida a questão das assinaturas faltantes para a apresentação do PL. Entendo que a matéria é de iniciativa da Câmara dos Vereadores, pois trata de assunto de interesse local.





CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 80 A iniciativa das leis complementares e ordinárias, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica, cabe a:

I - a qualquer Vereador ou comissão da Câmara Municipal;

II - ao Prefeito Municipal;

III - aos cidadãos.

III - CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, nota-se que as regras legais para a apresentação do presente PL, previstas no artigo 84 da Lei Orgânica foram desatendidas. Contudo, tal vício pode ser sanado com as assinaturas faltantes para o atingimento da maioria absoluta dos vereadores para a apresentação da proposição. Desta sorte, opino pela **DILIGÊNCIA,** para que se envie o Projeto de Lei 159/2019 para o autor, a fim de que providencie as assinaturas necessárias para o prosseguimento do mesmo. Uma vez atendido esse requisito, não há óbice para o prosseguimento do presente projeto de lei.

Casa de Lei Attílio Vivácqua, 03 de setembro de 2019.

ROBERTO MARTINS

vereador (PTB)



Processo: 8655/2017

Tipo: Projeto de Lei: 216/2017 Área do Processo: Legislativa Data e Hora: 31/07/2017 15:27:34 Procedência: Wagner Fumio Ito

Assunto: Dispõe sobre a alteração no artigo 1b°, inciso IV, da Lei n° 7.362 de 03 de abril de 2008, alterando a capacidade do porta-malas para

PROJETO I 250 litros.

> Dispõe sobre a alteração no artigo 10°, inciso IV da Lei nº 7.362 de 03 de abril de 2008, alterando a capacidade do portamalas para 250 (duzentos e cinquenta) litros.

Art. 1° - O art. 10°, inciso IV da Lei n° 7.362, de 03 de abril de 2008, passa vigorar com a seguinte redação.

Art. 10 - (...)

IV - possuir porta-malas com capacidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) litros com o banco traseiro na posição normal;

(...)

2° - Esta Lei Art. entra em vigor na data publicação. sua

Palácio Atílio Vivácqua, 31 de julho de 2017

Vereador - PPS

